

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº _____, de 2017 (Do Sr. Deputado Jhonatan de Jesus)

Requer a realização de Audiência Pública para debater cessões parciais de permissão de lavra garimpeira e concessão de direito minerário no estado do Maranhão.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater os critérios adotados pela União para *cessão parcial de permissão de lavra garimpeira e concessão de direito minerário* no estado do Maranhão e, em especial, as destinadas à empresa *MINERAÇÃO AURIZONA S.A.*, na região centro-oeste do estado do Maranhão, com os titulares da Secretaria de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia; da Diretoria Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral; e da Presidência e Vice-Presidência da Central das Cooperativas Associadas da Província Mineral do Oeste Maranhense.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento toma por base denúncia dos Presidente e Vice-Presidente da *Central das Cooperativas Associadas da Província Mineral do Oeste Maranhense* recebida por esta comissão, sobre possíveis irregularidades no que concerne às cessões parciais de permissão de lavra garimpeira e concessão de direito minerário no estado do Maranhão.

Segundo o denunciante, desde o início dos trabalhos da empresa *Mineração Aurizona*, as cooperativas de garimpeiros estabelecidas na região há mais de 80 (oitenta) anos têm sofrido prejuízos de grande monta, fato que vem se agravando sistematicamente, na mesma razão que as faixas de terras destinadas à referida empresa crescem. Essa problemática que envolve o setor de mineração é delicada, pois envolve comunidades carentes formada por trabalhadores que se organizaram em cooperativas e suas famílias, e tem causado grandes conflitos, particularmente entre essas e a citada empresa exploradora de minérios na região.

Dessa forma, torna-se imperativa a realização dessa Audiência Pública, que terá por objetivo esclarecer e pacificar as tensões atualmente existentes.

Sala das Comissões, em de de 2017

Deputado Jhonatan de Jesus
(PRB/RR)